



Travas e entraves do ensino da filosofia: ecos das políticas neoliberais

Obstacles and obstacles in the teaching of philosophy: echoes of neoliberal policies

Vânia de Fátima Matias de SOUZA¹
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Diego Silva Rodrigues da COSTA²
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Ewerton de Jesus VIEIRA³
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

RESUMO: Este artigo evidencia a importância do ensino da Filosofia na educação básica, na contramão de políticas neoliberais que, porventura, apresentam discursos carregados de preconceito e que, por vezes, deterioram e enfraquecem a importante contribuição das áreas de humanas para a educação brasileira. Partindo da análise metodológica das referências bibliográficas busca-se fundamentar o objetivo deste trabalho, ao investigar como o ensino da Filosofia na educação básica tem sido tratado. Para tanto, se fez necessário compreender a atuação histórica da Filosofia e o empenho para sustentar e abrir possibilidades de uma atuação mais constante dos professores formados nas áreas de humanas, que guiados pelos documentos da BNCC atualizam as suas práticas de ensino, mas enfrentam os desafios de uma política que reproduz os ideais da sociedade capitalista. Ao Refletir sobre o aspecto histórico-social da Filosofia e retomar a construção do saber humano, pretende-se ampliar a discussão com relação ao papel de atuação e a prática de ensino. Faz-se necessário argumentar sobre o modelo formativo apoiado nos documentos e reforçado por uma ideologia dominante em meio à sociedade contemporânea, reforçando a necessidade não só de investimento burocrático na educação, mas principalmente de formação humana, para que o indivíduo se torne mais autônomo e consciente do seu processo formativo.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia; Ensino de Filosofia; Ideologia; Neoliberalismo.

ABSTRACT: This paper highlights the importance of Philosophy Subject in basic education, against neoliberal policies that, perhaps, present overflowing prejudice discourses, which, at times, deteriorate and undermine the important contribution of the humanities to Brazilian education.

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da UEM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Rede em Educação Física UEM/UNESP. E-mail: vformatias@gmail.com—ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4631-1245>.

² Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Licenciatura em Filosofia. E-mail: diego.costa33@gmail.com

³ Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus de Maringá (2018). Tem especialização em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional no Centro Universitário Cidade Verde.



Starting to the methodological analysis of bibliographic references, the aim of this work is based on investigating how the teaching of Philosophy in basic education has been processed. Therefore, it was necessary to understand the historical role of Philosophy and the commitment to sustain and open possibilities for a more constant procedure by teachers trained in the humanities, who, guided by BNCC documents, update their teaching practices, but face the challenges of a policy that reproduces the capitalist society's ideals. By reflecting on the social-historical aspect of Philosophy and retaking the construction of human knowledge, it is intended to expand the discussion regarding the role of acting and teaching practice. It is necessary to argue about the formative model supported by the documents and reinforced by a supreme ideology in the midst of contemporary society, reinforcing the need not only for bureaucratic investment in education, but mainly for human development, so that the person becomes more independent and aware of its formative process.

KEYWORDS: Autonomy; Philosophy teaching; Ideology; Neoliberalism.

Introdução

As inquietações, angústias e anseios da atual realidade educacional brasileira, tem sido expressas de forma conjuntural por meio das explícitas preocupações acerca dos aspectos fundamentais do processo formativo imbrincados aos aspectos da qualidade da/na educação, bem como a formação humana e reflexiva velada e descuidada - por vezes -, ao se observar as propositivas impostas nos imperativos conceituais expressos nas legislações, diretrizes e reformas educativas que circunscrevem o cenário da educação básica brasileira, em especial, após os anos de 1990. As observâncias nas leis e decretos que suscitaram as reformas educacionais no país, após os anos de 1990, denotam a apropriação dos imperativos descritos no próprio relatório da Unesco: *Educação: um tesouro a descobrir* (Delors, 1998), cuja centralidade enfática se dá na sustentação da necessidade de uma reforma educacional do século XXI, alicerçada na égide do “aprender a conhecer, a fazer, a conviver, e a ser”, elucidando de forma incisiva a implementação das políticas neoliberais nos constructos educativos, refletidos por meio de imperativos referentes a necessidade de uma formação do sujeito centrada no empreendedorismo, na gestão participativa e na co-reponsabilização das ações educativas, evidenciada por meio das deliberações apontadas nos princípios da equidade e neutralidade do ensino.

Em meio a esse embolo conceitual, em que se buscam ludibriar as relações sociais existentes firmando uma estrutura social de desigualdade, o ensino da Filosofia na educação básica, especificamente no Ensino Médio, passa a ser deteriorada. Um



esfacelamento desafiador aos professores uma vez que o documento orientador da Educação Básica Brasileira passa a sucumbir sua obrigatoriedade neste nível de ensino.

Em meio a esta realidade conflitante, o ensino de filosofia nas escolas, passa a tornar-se um desafio diante das perspectivas políticas que cerceiam o contexto escolar na atualidade. Segundo Freire (1996, p. 141), o ensinar a filosofar, o ler e o pensar para “a construção da consciência coletiva para a formação cidadã e humanizadora”, sendo, portanto, considerada uma área do conhecimento que possibilita aos envolvidos o despertar para a humanização, para autonomia, por meio de momentos de aprendizagem cuja construção do pensamento centre-se em resultados produzidos por meio da interação social.

1 A RELAÇÃO HISTÓRICO-PEDAGÓGICA DA FILOSOFIA

1.1 *Mas afinal, de que filosofia estamos falando?*

Refletir acerca da relevância da filosofia no campo educacional, reitera adentrar a história e entender que aqui referimo-nos à filosofia que surge na Grécia Antiga junto com o aparecimento das cidades-estados. Nesse contexto inicial temos o pensador Sócrates que viveu entre (469-399 a.C.). Sócrates não deixou nenhuma obra escrita, mas tudo que sabemos sobre ele vem dos escritos do filósofo Platão (428-347 a.C.), que se tornou o seu discípulo posteriormente. Sócrates foi um dos primeiros filósofos a trabalhar a questão do diálogo, como uma das ferramentas importante para o desenvolvimento do sujeito e posteriormente para a reflexão filosófica.

Mais tarde, sua retórica e oratória fora conhecida pelos estudiosos como “o método socrático”. Esse método consistia simplesmente em iniciar o diálogo com outra pessoa e fazer várias perguntas e, a partir das respostas dadas pela outra pessoa, ele concluía seu objetivo, que era extrair do ser humano suas ideias, suas opiniões e suas convicções. De forma bem sutil a Filosofia buscava trabalhar desde o início com a questão da subjetividade do homem, e estabelecendo as relações com o meio social em que vive.

A Filosofia nasce despreziosamente de ser tornar absoluta. No entanto, sua origem revela o desejo interno do homem de querer conhecer com mais profundidade as coisas que já estavam postas no mundo. Essa forma de questionamento no mundo



possibilitou outra dinâmica de relações na sociedade e promoveu aos gregos a superação das ideias da Mitologia, isto é, a superação das crenças e superstições em que o homem acreditava e depositava suas expectativas de vida e morte, de certo e incerto, ou seja, nesse movimento da Filosofia que não ocorreu de um dia para o outro, mas que foi acontecendo gradativamente, e que conforme o homem se libertava de suas superstições, ele adquiria conhecimentos mais precisos sobre os fatos e fenômenos naturais.

Desde o início um dos papéis fundamentais da Filosofia foi exatamente essa busca pela explicação sobre as coisas do mundo, pelo uso da razão, isto é, pelo acesso ao conhecimento. Pois, sem o uso da razão, o homem não seria capaz de se tornar livre em seus pensamentos, suas atitudes, seus valores e suas convicções. E desde o início desta pesquisa uma pergunta sempre vem à tona: Tendo em vista o percurso histórico e pedagógico feito pela Filosofia que ser humano se deseja formar na sociedade atual?

Certamente um cidadão crítico, e que saiba fazer o uso mais apropriado da sua razão, que consiga por exemplo, naquilo que é noticiado nas mídias, o que está posto além das aparências já estabelecidas por qualquer meio de comunicação, ou que lhes são impostas pelo poder da política sem que se faça uma reflexão mais detalhada, tendo em vista, a velocidade e a quantidade de informações transmitidas no dia a dia.

Não seria esse o papel político de qualquer pessoa na sociedade contemporânea, ou seja, buscar ter mais atenção e observação sobre os fatos que ocorrem no cotidiano e que devem ser vistos com um olhar mais crítico e, ao mesmo tempo, com a capacidade de entender às implicações sociais que afetam a vida de qualquer pessoa. Pensando sobre a importância das outras áreas do conhecimento para o contexto da humanidade: a Sociologia, a Arte, a Geografia, a Psicologia, a História que tem em suas fundamentações teóricas naturalmente a voz e a base para fortalecer qualquer pessoa que deseje se apropriar do conhecimento que elas oferecem.

Ao analisar a Filosofia, enquanto ciência do saber, perceber além da sua profundidade, que ao mesmo tempo, existe diferenças com relação às demais áreas do saber. Pois analisando historicamente, a Filosofia, foi a área que originalmente deu conhecimento e poder de análise para as outras áreas se fundamentarem e criarem condições próprias de se desenvolverem enquanto áreas do saber também capazes de aprimorar o potencial intelectual do ser humano como, por exemplo, a Matemática, a Literatura, o Direito, a Medicina, a Psicologia e assim por diante. Por isso que



considerando a importância de enfatizar essa distinção filosófica, o pensamento de Bochenski (1977) esclarece:

Além disto, a Filosofia se distingue das outras ciências pelo ponto de vista em que se coloca. Quando considera um objeto, ela o encara, por assim dizer, sob o prisma dos limites, dos aspectos fundamentais. Nesse sentido a Filosofia é a ciência dos fundamentos da realidade. Lá onde as outras ciências param, onde, sem mais indagar, aceitam os pressupostos, aí entra o filósofo e começa a investigar. As ciências conhecem- mas o filósofo pergunta o que é o conhecimento; as outras ciências estabelecem leis- ele põe a questão do que seja uma lei; o homem comum e o político falam do fim e da utilidade- o filósofo pergunta o que se deve entender por fim e utilidade. Já se vê que a Filosofia é uma ciência radical- no sentido em que ela vai às raízes das questões muito mais profundamente que qualquer outra ciência; lá onde as outras se dão por satisfeitas, ela continua a indagar e a perscrutar (Bochenski, 1977 p. 29-30).

Historicamente, se verá que no período Medieval dos sec. (V até XV), o chamado “saber filosófico”, no sentido do conteúdo dos escritos da Filosofia, estava concentrado e reservado nas mãos da Igreja Católica. A Igreja detinha o conhecimento e a apropriação dessa difusão do mesmo. Desse período histórico dois filósofos são importantes nessa expansão e relação do conhecimento com a sociedade: Agostinho de Hipona (344-430) e Tomás de Aquino (1225-1274). Esse breve percurso foi feito para se perceber o desdobramento da Filosofia na história da humanidade. Pois não há como fugir desse contexto social e histórico, inclusive fica muito claro, que quando o homem se apropria do saber, ele pode muitas vezes, agir de forma egoísta, por não querer partilhar ou não achar necessário transmitir o saber adquirido para outras pessoas e, às vezes, ao se abster em certas situações, que sua atuação na prática se faria necessária, na tentativa de esclarecer as coisas, que para algumas pessoas mais leigas de conhecimento talvez não estaria muito óbvio ou transparente, mas de alguma forma percebe-se que são as ideologias políticas e econômicas que regulam a nossa sociedade e que apresentam um comportamento hostil e duvidoso.

O economista Adam Smith (1723-1790), chamou de “a mão invisível do mercado”, ou seja, seria a forma mínima do Estado interferir na economia. Obviamente que essa interferência mínima do Estado é na verdade uma justificativa de manutenção da ordem e da concentração da riqueza nas mãos dos grandes proprietários é a falsa ideia da “igualdade social” que era transmitida as pessoas, e que naquele contexto histórico-liberal de Smith havia a noção de que os valores humanos não devem ser perdidos de



vista, pois são eles que determinam muitas vezes a sua condição social, ou seu estado de bem estar social, isto é valores como: a benevolência, prudência, temperança, constância, firmeza e assim sucessivamente.

Também no tocante à nossa própria felicidade e interesse particular- prossegue ele- em muitas ocasiões depara-se com princípios de ação altamente elogiáveis. Geralmente se supõe que os hábitos de economia, laboriosidade, discrição, atenção e aplicação do pensamento são cultivados por motivos de interesse próprio, e ao mesmo tempo afirma-se que são qualidades altamente apreciáveis, que merecem a estima e aprovação de todos. Desaprova-se universalmente o descuido e a falta de economia, não, porém, como procedentes de uma falta de benevolência, mas de uma falta de atenção adequada aos objetos do interesse próprio (Smith, 1996, p.50).

No contexto atual do Neoliberalismo, com relação ao ensino da Filosofia nas escolas públicas, pode-se considerar que há um enfraquecimento implícito e explícito que fragiliza o próprio ensino de Filosofia na educação básica, com isso, parece ir quase que decretando o “fim” da mesma disciplina no ensino médio. Então é necessário que se levante uma questão: Por que limitar o espaço de atuação dos profissionais das áreas de humanas?

As áreas de humanas que tem na sua essência formativa um forte papel de conscientização do ser humano, sobre a importância da reflexão, do pensar, do agir. E também por que a Filosofia e a Sociologia estão sendo consideradas menos importantes do que as demais disciplinas do currículo básico dos alunos? Ou ainda de limitá-las a se tornarem apenas disciplinas optativas ou de excluí-las definitivamente no currículo escolar?

A Educação é o caminho possível para a conscientização do ser humano. Por meio dela se obtém benefícios que vão além das aparências; o homem pôde desvelar tantas descobertas ao longo da história da humanidade pelo uso da razão e, pela compreensão do movimento da natureza. Não há como desconsiderar toda contribuição feita à sociedade pelos estudiosos das áreas de humanas. O saber é uma construção universal, não é uma propriedade privada do sujeito. O filósofo Savater (2012) destaca:

A educação tem como objetivo completar a humanidade do neófito; essa humanidade, no entanto, não pode se realizar abstratamente nem de modo totalmente genérico, e ela também não consiste no cultivo de um germe idiossincrásico latente em cada indivíduo, mas tenta cunhar uma orientação social precisa: a que cada comunidade considera preferível. Foi Durkheim, em *Pedagogia e Sociologia*, que insistiu mais nitidamente nesse ponto “o homem que a educação deve plasmar dentro de nós não é o homem tal como a natureza



o criou, mas tal como a sociedade quer que ele seja; e ela o quer tal como o requer sua economia interna. [...] Portanto, dado que a escala de valores muda forçosamente com as sociedades, essa hierarquia nunca permaneceu igual em dois momentos diferentes da história. Ontem era a valentia que tinha primazia, com todas as faculdades que implicam as virtudes militares; hoje em dia [Durkheim escreve no final do século XIX] é o pensamento e a reflexão; amanhã será, talvez, o refinamento do gosto e a sensibilidade para as coisas da arte. Assim, pois, tanto no presente como no passado nosso ideal pedagógico é, até em seus menores detalhes, obra da sociedade”. (Savater, 2012, p. 136).

Parece ficar evidente para humanidade a importância da Filosofia e das demais áreas do conhecimento humano. No entanto, situar o indivíduo não apenas sobre os conteúdos históricos apresentados nas escolas, mas torná-lo conhecedor do processo de construção racional em que está inserido todo o movimento filosófico e pedagógico do saber.

1.2 A Filosofia sucumbirá ou superará a alienação

Nietzsche (1983) nos adverte para a morte da Filosofia, pois, quando recorremos à exposição formal e erudita da história dos pensamentos, não os educamos para a sabedoria, nada mais fazemos do que preparar o estudante para provas. É da própria Filosofia a preocupação em criticar-se a si mesma, banindo qualquer tipo de preconceito que restrinja ou limite o seu próprio movimento de elaboração conceitual. Assim, não existem propósitos ou demarcações ao filosofar que impeçam qualquer pensador de eger os temas de sua investigação e os métodos que utilizará.

Filosofar é antes de tudo, um exercício de liberdade de pensamento que não aceita ser tutelado por ideologias. A BNCC garante ao estudante no Ensino de Filosofia os objetivos de aprendizagem, dentre eles, a capacidade lógica e a retórica para o desenvolvimento da argumentação oral ou escrita e dos discursos para entender as dificuldades da sociedade contemporânea (Brasil, 2015).

Segundo Lipman (1995, p. 30-31):

John Dewey estava convencido de que a educação fracassara por ser culpada de um estúpido erro categórico: ela confundia os produtos finais prontos e refinados da investigação com o tema bruto e não polido da investigação e tentava fazer com que os alunos aprendessem as soluções ao invés de investigarem os problemas e envolverem-se nos questionamentos por si mesmos.



O processo de formação e consolidação da Filosofia, enquanto uma disciplina obrigatória da estrutura curricular de ensino médio, trouxe uma série de contribuições para formação humana. Para Warnock (1994), o que se pretende ao ensinar a Filosofia é tornar o sujeito mais crítico e fazer com que a formação filosófica seja continuada.

Afastar-se e criticar, levantar questões acerca da relação de um assunto com o outro, perguntar o que serve como uma boa referência neste ou naquele campo, todas estas coisas constituem a função mesma da filosofia. Assim, o que estou alegando é que a filosofia deveria ser introduzida na educação nas sextas séries de nossas escolas, e deveria permanecer também ao longo de toda a graduação. (Warnock, 1994, p. 168)

O Ensino de Filosofia nas escolas deve se debruçar nessa tentativa de torná-la sempre mais acessível e participativa. Afinal, a história da teoria da educação está marcada por uma certa oposição entre a escola tradicional e a escola nova. Segundo Dewey (1976), a ideia de educação era desenvolvida de duas maneiras: de dentro para fora (dotes naturais) e a de fora para dentro (vencer os dotes naturais e substituí-las por pressão externa). A educação tradicional se baseava numa organização já feita e acabada; mas Dewey (1976, p. 13) também adverte que “não é abandonando o velho que resolvemos qualquer problema”.

Há uma necessidade de entender o que significa experiência. Experiência e educação não são termos que se equivalem. Algumas experiências são deseducativas no entendimento Deweyano no:

Uma experiência pode ser tal que produza dureza, insensibilidade, incapacidade de responder aos apelos da vida, restringindo, portanto, a possibilidade de futuras experiências mais ricas. Outra poderá aumentar a destreza em alguma atividade automática, mas de tal modo que habitue a pessoa a certos tipos de rotina, fechando-lhe o caminho para experiências novas (Dewey, 1976, p. 14).

Segundo Pieper (1981) a relação do filósofo com o mundo deve ser destacada uma vez que,

O filósofo não volta às costas quando, ao filosofar, transcende o “meio” das ocupações diárias; não afasta o olhar das coisas do mundo do trabalho, das coisas concretas, úteis, manuais, de cada dia; volta o olhar para outra direção, para contemplar o mundo universal das essências. É, antes de mais nada, para este mundo presente, visível e concreto, que se volta o olhar do filósofo. (Pieper, 1981, p. 25).



Nesse sentido, Favaretto (1995) no livro *A Filosofia e seu ensino* destaca a importância da disciplina de Filosofia na mesma proporção de valor que as demais disciplinas, dizendo:

Ainda, embora seja ocioso dizer: a filosofia deve ser considerada no 2º grau como uma disciplina, ao nível das demais. Como “disciplina”, é um conjunto específico de conhecimentos, com características próprias sobre ensino, formação, etc. Não é, entretanto, como diz o sentido latino da palavra *disciplina* “a instrução que o aluno recebe do mestre”; não guarda mais o sentido de “ginástica intelectual”, de disciplinamento da inteligência; diz respeito, hoje, mais a ideia de “exercício intelectual”, mesmo que isto seja um tanto restrito. Mas, como disciplina do currículo escolar, ela mescla conteúdo cultural, formação e exercício intelectual a partir de seus materiais, mecanismos e métodos, como qualquer outra disciplina. Não há razão, pois, para ser tratada como uma atividade fora das contingências do currículo. (Favaretto, 1995, p. 82).

Entretanto, no contexto atual do ensino público, dentro dessa perspectiva política neoliberal, ficam evidentes os ataques com relação à educação pública e gratuita. Fica muito clara essa afronta à restrição do ensino da Filosofia nas escolas conforme destaca o professor Costa (2019),

Nos últimos anos, diante do avanço do conservadorismo e das políticas neoliberais, as ciências humanas, voltaram a ser alvo. O caso mais emblemático é o projeto de lei “Escola Sem Partido” que nega a pluralidade de pensamento, restringe a liberdade de ensino, impõe o pensamento único e criminaliza o trabalho dos professores, a fim de cercear a formação do pensamento crítico dos estudantes. Em 2019, a partir da posse de Jair Bolsonaro, esses ataques se acentuaram ainda mais. O obscurantismo passa a ser pauta governamental. O revisionismo está na ordem do dia. Polemiza-se temas como golpe militar e ditadura militar. Tenta-se, a todo custo, distorcer esses fatos. Relativiza-se a barbárie, atacam-se os direitos humanos, enaltecem-se táticas que afrontam conquistas básicas da modernidade, como os valores da justiça, da liberdade, da verdade e da democracia. (Costa, 2019, n.p.).

O processo histórico neoliberal não ocorreu de um dia para o outro, foram mudanças significativas na estrutura econômica que fundamentaram a transição entre as bases do liberalismo para o neoliberalismo. Inicialmente o filósofo e economista Karl Marx (1818-1883), no seu livro intitulado *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2008), analisou as estruturas sociais, políticas e ideológicas da sociedade capitalista, pois elas conduzem nossa forma de ser, pensar e agir na sociedade. De fato, a humanidade está mergulhada na estrutura capitalista, que se torna até difícil de perceber a gravidade ideológica de manipulação do ser humano. Ao parar para pensar que de repente toda nossa subjetividade, nossos gostos, são influenciados por essa vontade capitalista, poderíamos



até chegar a ter um colapso cerebral, mas nem tudo pode ser considerado perdido, por que para Marx é nesse movimento das contradições (movimento dialético), que pode acontecer à mudança de pensamento. Isto é, quando o sujeito toma consciência daquilo que o aliena ele passa a ter mais clareza até da sua própria história de vida.

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. (Marx, 2008, p. 48).

O mercado capitalista se especializou bem nesse processo de dominação, e faz com que tudo pareça bom, agradável e até saudável para o ser humano. Tendo consciência desse caminho percorrido por Marx, fica muito nítido que na perspectiva de alienação da sociedade o estudo dele não é em vão ou equivocado, mas que esse trabalho tem relevância para compreensão do processo de dominação.

Marx utilizou o termo “fetichismo da mercadoria” para demonstrar que nas relações sociais o produto adquire um valor de uso e um valor de troca diferenciado para cada pessoa. O produto também pode ser entendido como a mão de obra humana e não apenas um objeto material. Isso vai deixar muito claro que quando há uma hierarquia, sempre haverá diferenças de um para com o outro. O trabalho humano passou a ser quantificado e as relações de trabalho passaram a ser fragmentadas nos diversos setores do mercado. Marx (2008) destaca:

Enfim, o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas. Já que um valor de uso se relaciona com o outro como um valor de troca, o trabalho de uma pessoa relaciona-se com o de outra como com o trabalho igual e geral. Se é correto dizer, pois, que valor de troca é uma relação entre as pessoas, convém ajuntar uma relação oculta sob uma envoltura material. Do mesmo modo que uma libra de ouro e uma libra de ferro, apesar da diferença de suas qualidades físicas e químicas, representam o mesmo *quantum* de peso, dois valores de uso que contenham o mesmo tempo de trabalho representam idêntico valor de troca. O valor de troca parece ser assim uma determinação dos valores de uso na sociedade, determinação que lhes



corresponde por sua qualidade de objetos e graças à qual suprem-se no processo de troca em proporções quantitativas determinadas e formam equivalentes, do mesmo modo que as substâncias químicas simples se combinam em proporções quantitativas determinadas e formam equivalentes químicos. Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. (Marx, 2008, p. 60).

Que relação se estabelece na Educação com esse processo de valor de uso e valor de troca? Será que já na própria estrutura da distribuição de horários de aulas nas escolas, essa ideia de dominação do aluno já não estaria estabelecida há muito tempo? O professor de Filosofia tem uma carga mínima de horas nas escolas.

Assim fica evidente, que tanto no ensino fundamental e no ensino médio, as possibilidades de desenvolvimento do aluno para que ele tenha uma reflexão mais filosófica e sociológica é bem limitada. Obviamente que isso é reflexo direto da política neoliberal, que impõe a toda sociedade um sistema aparentemente “blindado” da ideologia de manipulação do ser humano, inclusive no quesito intelectual. Nessa perspectiva que o filósofo Frei Betto (2018), destaca:

Há outro desafio: como resgatar os valores éticos da vida social? É difícil, porque o neoliberalismo inverte a equação dos valores. Segundo economistas clássicos do século XIX, a equação é: ser humano- mercadoria- ser humano. Eu, ser humano, visto uma camisa, um produto para facilitar a minha sociabilidade. Seria estranho se eu estivesse sem camisa distante de uma piscina ou praia. Portanto, o resultado final é a minha humanização na relação social. O neoliberalismo inverte a equação, que passa a ser: mercadoria- ser humano- mercadoria. É a grife da camisa que visto que me imprime mais ou menos valor. Se eu chegar à sua casa de ônibus, tenho um valor Z; se chegar de BMW ou Mercedes-Benz, tenho um valor A. Sou a mesma pessoa, mas a mercadoria que me reveste é que me imprime valor. (Betto, 2018, p. 68).

O discurso neoliberal é muito bem elaborado, no entanto, todo movimento gera a própria contradição. Nesse sentido é importante encontrar mecanismos de defesa que sejam capazes de beneficiar a todos. Infelizmente, o que ainda se vê na sociedade contemporânea, é que existem pessoas contrárias à luta por melhores condições de vida. O “comodismo social” toma conta de muitas pessoas, e cada vez mais alguns direitos adquiridos ao longo do tempo pela luta de outras pessoas no passado, vão se perdendo, perdendo com isso, a memória histórica.

Naturalmente, o que é novo causa insegurança no ser humano, porque a ideia de bem-estar social não pode ser confrontada. É exatamente por essa “passividade coletiva”,



da maioria da sociedade, que vê diariamente a humanidade se destruindo por meio da violência, da intolerância, da falta de respeito, da falta de ética. Pessoas que morrem por uma ideologia dita cultural e democrática, além da questão da exploração humana, e ainda pensar que na contramão todos os dias existem pessoas que morrem de fome no mundo.

No entanto, segundo Adorno e Horkheimer (1985) existe uma “regressão dos sentidos” no homem moderno. Ou seja, o homem faz parte de uma sociedade do espetáculo, na qual ele não percebe que na verdade ele é a própria marionete nas mãos da grande indústria capitalista.

Quanto menos promessas a indústria cultural tem a fazer, quanto menos ela consegue dar uma explicação da vida como algo dotado de sentido, mais vazia torna-se necessariamente a ideologia que ela difunde. Mesmo os ideais abstratos de harmonia e da bondade da sociedade são demasiado concretos na era da propaganda universal. Pois as abstrações são justamente o que aprendemos a identificar como propaganda. A linguagem que apela apenas à verdade desperta tão somente a impaciência de chegar logo ao objetivo comercial que ela na realidade persegue [...] A ideologia assim reduzida a um discurso vago e descompromissado nem por isso se torna mais transparente e, tampouco, mais fraca. (Adorno; Horkheimer 1985, p. 121-122).

Partindo dessa análise social observa-se a capacidade da ideologia de manipulação que todo ser humano sofre cotidianamente. E que procura sempre justificar sua falta de comprometimento com a formação humana e integral do sujeito quando na verdade o que se vê realmente é que num país dito democrático, as decisões são tomadas unicamente para fortalecer aos interesses políticos e ideológicos. Sobre esse assunto Gentili (1996) demonstra como o discurso neoliberal tenta se isentar de sua responsabilidade, enquanto mecanismo de manipulação.

Deste diagnóstico inicial decorre um argumento central na retórica construída pelas tecnocracias neoliberais: atualmente, inclusive nos países mais pobres, não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes. Sendo assim, transformar a escola supõe um enorme desafio gerencial: promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes; reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiadas pelos novos conceitos de qualidade total); reformular o perfil dos professores, requalificando-os, implementar uma ampla reforma curricular, etc. (Gentili, 1996, p. 4).

Nesse cenário conturbado a educação sofre consequências alarmantes. Porque existe todo um discurso pretencioso de melhorias na educação no sentido de se perceber



a questão da eficácia e da eficiência para se chegar à ideia da equidade na educação, ou seja, tornar a educação igual para todos. Mas, para que isso ocorra, é necessário desenvolver a lógica da competitividade e cada vez mais fortalecer a ideia da meritocracia nas escolas.

De acordo com os autores Guindani e Koga (2017),

E esse mercado dinâmico e flexível, oposto à rigidez do sistema educacional tradicional, poderá promover mecanismos que garantam a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos. Tais mecanismos se traduzem, por exemplo, no fomento à competição interna e ao desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos com base no mérito e no esforço individual dos atores envolvidos na atividade educacional. Ainda, conforme observam os autores, como não existe mercado sem concorrência, esse seria o pré-requisito fundamental para garantir aquilo que os neoliberais chamam de equidade. Sendo assim, verifica-se a construção de um discurso linear e causal entre a lógica da competitividade e da igualdade de oportunidades. Criar condições para a competição, significa que há a instauração de um sistema equânime no que diz respeito à igualdade em competir, e aí, sim, a lógica do mérito vai assumindo a ideia de justiça (Guindani; Koga, 2017, p. 94).

Fica evidente a lógica da competição tão arraigada na estrutura capitalista. De modo geral, essa competição afeta principalmente o psicológico dos indivíduos, pois existe uma cobrança interna tão intensa, que torna-se difícil querer se isentar desse processo já estruturado na sociedade contemporânea, e que se alimenta da própria aceitação e limitação das pessoas. Todo esforço humano na tentativa de superação e resistência mediante esses mecanismos de manipulação podem ser considerados válidos, pois não há luta sem esforços.

2 METODOLOGIA

Na tentativa de alcançar o objetivo desse trabalho ou de torná-lo mais acessível a qualquer pessoa a utilização de referências bibliográficas, foi fundamental para fortalecer o objeto em questão da pesquisa que é a Filosofia e a sua relação com a educação na perspectiva da política neoliberal. O esforço de aproximação da história filosófica com a atual situação do ensino da Filosofia e das demais áreas de humanas na educação básica, possibilitando a ampliação e a reflexão sobre a importância dessas áreas para contribuir com a formação humana.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Novamente surge o questionamento sobre qual homem se deseja ou se espera formar na sociedade atual?

De fato, refletindo sobre o governo atual, percebe-se que a sociedade caminha por lugares inseguros e muitas vezes por vias assombradas. Decisões são tomadas, na tentativa de resolver problemas imediatos e desconsidera-se toda influência no futuro do país. Os discursos são sempre carregados de ideologia e voltados para atender não aos interesses da maioria da população, mas sim aos interesses de um partido e, muitas vezes, para atender aos interesses particulares.

O Brasil se comparado com outros países do mundo, historicamente, é relativamente novo, e que ainda tem uma das maiores riquezas naturais “preservadas”. Usando uma metáfora simples para representar e ao mesmo tempo para satirizar a imagem da política do nosso país, no sentido de perceber a utilização que se faz do dinheiro público, poderíamos usar o seguinte exemplo, imaginemos o país como se fosse um “bolo” que está dividido em “cinco partes”, para representar as cinco regiões do país e em cima dele tem uma grande “cereja”; sendo assim, o “bolo” representaria todo o país com suas regiões e suas diversidades regionais e culturais. As “fatias do bolo” representam a igualdade esperada na distribuição das verbas públicas, que deveriam ser investidas na saúde, na educação, no lazer, no turismo e assim por diante, e por último a “cereja”, poderia ser um prêmio, uma bonificação em dobro, para quem conseguisse investir melhor o dinheiro público destinado para os fins corretos. Uma sociedade dita democrática precisa de pessoas aptas e éticas a terem um bom raciocínio e julgamento para assumirem o papel de bons leitores, jurados, pais, e administradores, entre outros.

Segundo Dewey (1976), na relação da escola tradicional e a escola “nova” - as quais ele ferrenhamente debatia, refletindo sobre os cuidados que a passagem de uma para outra deveriam ter - a dicotomia reside na ignorância da capacidade de interesse na natureza infantil, e um tipo de espontaneidade que é um enganador de índice de liberdade. Nem uma nem outra, na visão de Dewey, é adequada, pois não levam em consideração a importância da experiência. Ou seja, para que ocorra a aprendizagem é necessário que a criança tenha presente na sua ação a espontaneidade, mas, ao mesmo tempo.

De acordo com Dewey (1976):



[...] as questões e problemas da presente vida *social* estão em tão íntima e direta conexão com o passado, que os estudantes não podem se preparar para compreender nem os problemas e questões em si mesmos, nem o melhor meio de lidar com eles, sem mergulhar em suas raízes no passado (Dewey, 1976, p.79).

Algumas pressuposições apresentadas por Lipman (2008), sugerem que se permita a incorporação do ensino da Filosofia com crianças na escola. Entre estas: a imparcialidade e a formação não-dogmática dos professores; as perguntas filosóficas pertinentes das crianças; o diálogo com procedimentos lógicos; os temas tratados pelos filósofos são aqueles que estão na boca das crianças; a imaginação das crianças; grupo de pesquisa com modelo de diálogo coerente e lógico; as crianças aprendem com textos de forma narrativa as significações contextuais; ajuda as crianças a raciocinar oralmente em linguagem coerente; proporciona atividades que instigue as crianças a procurarem e investigarem; dispõe de manuais de ensino que facilita o desenvolvimento de aptidões cognitivas e planos de discussões que favoreçam a conceitualização; formação de especialistas em ensino de Filosofia, e não por qualquer professor; ênfase de quatro grupos de aptidões: raciocínio, pesquisa, conceitualização e formulação; método de aprendizagem que estimule o raciocínio e o julgamento. Por isso, a admissão dessa proposta nas etapas de ensino se mostra importante.

A experiência do filósofo não é apenas racional ou teórica. Ela é prática e vital. A busca pela verdade consiste na vivência da Filosofia como forma de vida. A este respeito, Pierre Hadot (1999, p. 55-56) traz contribuições importantes: No fim das contas, após ter dialogado com Sócrates, seu interlocutor toma distância em relação a si mesmo, desdobra-se, uma parte de si mesmo identificando-se, de agora em diante, com Sócrates no acordo mútuo que este exige de seu interlocutor em cada etapa da discussão. Opera-se nele uma tomada de consciência de si; ele se põe a si mesmo em questão.

Então, a Filosofia seria uma experiência modificadora de si, uma experiência do pensar a própria história para saber como podemos ser de outra forma, como pensar de outro modo. Uma experiência modificadora de si, como processo criativo de fazer da vida uma obra de arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Afinal, para Freire (1996), o ser humano é inacabado, foi lançado ao mundo sem o seu consentimento ou querer. Sua existência é determinada pelas contingências da vida. É certo que, ainda há grandes questionamentos acerca da utilização de vários recursos em sala de aula. Por isso, sabe-se que o professor deve procurar outros recursos e não exclusivamente o livro didático, ou seja, dar uma direção às aulas e a vida. Não existem verdades absolutas, a nossa vida é essa abertura ao mundo.

Nas propostas da BNCC, os objetivos de aprendizagem procuram verificar se os próprios estudantes podem ser os protagonistas do saber filosófico em sala e fora dela para a orientação e suporte de circulação do texto, se em exposição, se em leitura para a turma, se em jornal escolar e social (Brasil, 2015).

Esta nova reforma e as anteriores, empreendidas pelo Governo Federal, nos últimos anos, não são movidas apenas por um desejo e uma necessidade de uma educação de qualidade, mas a escola inserida no regime de verdade do neoliberalismo insiste em instaurar uma ordem mundial, sob seu controle. Deleuze (2013) explicita a tecnificação da escola nas sociedades de controle, com uma relação cada vez maior com as empresas: O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. Os hospitais abertos, o atendimento em domicílio etc., já surgiram há muito tempo. Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação (Deleuze, 2013, p. 220).

As dobras do sistema acontecem quando os problemas são apresentados e conceitos são criados, reinventando a significância da Filosofia na grade curricular. Deleuze e Guattari (2010) afirmam: “Mesmo a história da filosofia é inteiramente desinteressante se não se propuser a despertar um conceito adormecido, a relançá-lo numa nova cena, mesmo a preço de voltá-lo contra ele mesmo” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 101). Este processo de constituição de singularidades possibilita enfrentar os desafios que envolvem o ensino de Filosofia na escola, como uma luz que ilumina novas práticas de transformação, pois a mudança acontece dentro do sistema... as dobras precisam ser buscadas... Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos despossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar



acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfícies ou volume reduzidos. (Deleuze, 2013, p. 222).

Um sistema educacional que não permita aos jovens pensarem e refletirem por si mesmos, fracassa ao prepará-los não apenas a serem bons cidadãos de uma sociedade, mas bons cidadãos democráticos. Para isso, uma cidadania responsável é aquela que constrói seres reflexivos (Lipman, 1990, p. 134), ao contrário de permanecer constantemente alegando que os alunos são incapazes de defender seus valores criticamente, mas incorporá-los e de capacitá-los a desenvolver comportamentos avaliativos sustentados em ações racionais e seguras.

Sobre esse aspecto, observa-se no documento de BNCC do ensino médio (BNCCEM) a propositiva acerca do conjunto de competências gerais e outro de competências específicas para cada área/disciplina/ ver documento. Nesse texto, *competência* é definida como: na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2018).

Por isso, que ao pensar no cenário complexo e ao mesmo tempo polêmico da nossa educação brasileira, permite que nossos parâmetros de análise sobre a qualidade do ensino ou a aparente qualidade proposta pelos documentos que norteiam a educação, fazem com que nossos olhos não percam de vista à lógica da política neoliberal, que tem influência direta na educação. Por esse motivo, surge a importância da reflexão sobre o espaço de atuação da Filosofia e das demais áreas de humanas no ensino básico. Pensando exatamente sob a perspectiva da formação humana, a relevância do pensamento crítico, a autonomia do sujeito, a capacidade de resistência e adaptação, ou seja, tudo isso compõe a formação subjetiva do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo. *Et al.* **Filosofia e seu Ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: EDUC, 1995.



BETTO, Frei. **Por uma educação crítica e participativa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018.

BOCHENSKI, J.M. **Diretrizes do pensamento filosófico**. 6 ed. São Paulo, EPU, 1977.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **BNCC- Ensino Médio**. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 23 jun. 2020.

COSTA, Regis Clemente da. **O mito ataca a filosofia**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-mito-ataca-a-filosofia/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Kafka, por uma literatura menor**. Tradução de Júlio Castanón Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

DELEUZE, Gilles. **O que é Filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996.

GUINDANI, E.R.; KOGA, Y.M.N. **Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica**. *Revista Simbiótica*, vol.4, n.2, jul.- dez., p. 87-103, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/19615>. Acesso em: 19 jun 2020.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** Tradução de Dion Davi Macedo. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIPMAN, M. Natasha. **diálogos Vygotskianos**. Porto Alegre: Artes médicas, 2008.



LIPMAN, M. **A filosofia na sala de aula.** Tradução de Ana Luiza Fernandes Marcondes. São Paulo: Nova Alexandria, 1990.

LIPMAN, M. **O Pensar na Educação.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NIETZSCHE, F. Os pensadores Filosofia. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIEPER, Josef. **Que é filosofar?; Que é acadêmico?.** São Paulo, SP: EPU, 1981.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. Volume I. São Paulo, SP. Nova Cultural, 1996.

SAVATER, Fernando. **O valor de Educar.** São Paulo: Planeta, 2012.

WARNOCK, Mary. **Os usos da Filosofia.** Campinas, SP: Papyrus, 1994.